

# Sumário

Número de notícias: 12 | Número de veículos: 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuinte que atualizar valor do imóvel em 90 dias vai pagar menos imposto na venda ..... 2

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em novo recorde, arrecadação vai a R\$ 201,6 bi em agosto ..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma tributária provoca elaboração de proposta de mudanças na legislação penal ..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PLP 68/24 e representação fiscal para fins penais - OPINIÃO JURÍDICA ..... 8

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Voa Brasil vende 10 mil passagens em dois meses; programa disponibilizou 3 milhões de bilhetes ..... 10

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Cuidado com essas fake news que circulam sobre a Previdência ..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Jogos entregues à própria sorte e jogadores, ao próprio azar - VISTO, LIDO E OUVIDO ..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relatório deve mostrar contenção modesta de gastos ..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Bolsa e dólar caem após alta de juros ..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

Banco Central faz o necessário (Editorial) ..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Mercado já vê Selic em 11,75% no fim do ano ..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Por que o Fed optou por redução agressiva de taxas neste momento ..... 22

# Contribuinte que atualizar valor do imóvel em 90 dias vai pagar menos imposto na venda

**DANIEL WETERMAN BRASÍLIA**

Empresas e pessoas físicas poderão atualizar o valor de seus imóveis até dezembro deste ano e pagar um imposto menor na venda e na transferência desses bens. A proposta foi sancionada na última segunda-feira como uma das medidas de compensação da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores da economia e de municípios.

A mudança atinge donos de imóveis que terão um abatimento do imposto, mas será necessário quitar o tributo nos próximos 90 dias. Além disso, o impacto é gradual e a redução só será totalmente aproveitada se o imóvel for vendido daqui a 15 anos ou mais.

A regra também beneficia o governo, que pode ter uma arrecadação extra em 2024, ajudando na meta de zerar o déficit público neste ano. O Executivo não divulgou quanto pretende arrecadar com a medida, alegando que o valor depende da adesão dos contribuintes. Procurados, o Ministério da Fazenda e a **Receita Federal** não comentaram.

Atualmente, pessoas físicas pagam de 15% a 22,5% de Imposto de Renda sobre a valorização do imóvel quando vendem os bens - 15% valem para ganhos de até R\$ 5 milhões. A tributação é cobrada sobre o ganho de capital, ou seja, sobre a diferença entre o valor do imóvel de quando foi comprado e o de quando foi vendido. Para as empresas, o Imposto de Renda é de 15% (podendo ter um adicional de 10% dependendo do porte), além da cobrança de mais 9% a título de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - somando uma carga de 34%.

Com a atualização, as pessoas físicas pagarão 4% sobre a valorização do imóvel nos próximos 90 dias. As empresas, por sua vez, vão pagar 6%, de Imposto de Renda, e 4% de CSLL. A quitação terá de ser feita nos próximos 90 dias, independentemente de quando for efetuada a venda. Ao aderir ao benefício, o contribuinte poderá ter um desconto no tributo quando o bem for negociado de fato.

A adesão ao dispositivo é opcional.

Se não for feita nos próximos 3 meses, o imposto não é reduzido e a alíquota será cobrada normalmente na transação.

"A ideia é trazer receita para a União e (oferecer) uma tributação vantajosa para aqueles que desejam fazer esse tipo de atualização, o que hoje é vetado e só acontece no momento da alienação (transferência)", diz o advogado tributarista e professor do Centro Universitário do Pará (Cesupa) Carlos Schenato.

**CÁLCULO.** A lei muda a forma de cálculo do ganho de capital que serve como base para a cobrança do imposto. A alíquota do Imposto de Renda não muda.

Com o passar dos anos, porém, a base tributável ficará menor e, conseqüentemente, o valor efetivo do tributo diminuirá.

O impacto da redução será integral se a pessoa ou a empresa vender o imóvel daqui a 15 anos, ou mais. Se vender antes, o desconto será menor. A redução só começa a ser aplicada se a venda ocorrer três anos após a atualização.

Quanto mais a pessoa demorar para transferir o bem, menos imposto ela pagará.

"A redução da tributação é o grande atrativo para que os contribuintes se sintam estimulados a fazer essa atualização. A lei privilegia as pessoas que ficam com os seus imóveis durante vários anos, principalmente acima de 15 anos", afirma a advogada tributarista Mariana Ferreira.

"Não é um mecanismo para aqueles investidores que compram e vendem imóveis para fazer disso um ganho." A Receita ainda deverá divulgar os prazos e os procedimentos para fazer a atualização dos valores dos imóveis. O prazo de 90 dias, porém, termina em 15 de dezembro. O Fisco ainda não se pronunciou sobre quando fará a regulamentação.

"Não sei até que ponto as pessoas estão dispostas a pagar **impostos** no Brasil. O prazo é curto e é preciso ver se elas estarão atentas a isso e se vão aderir", diz Eduardo Natal, presidente do Comitê de Transação

Tributária da Associação Brasileira da Advocacia Tributária (Abat).

**DESONERAÇÃO.** A nova regra sobre a cobrança de **impostos** na venda de imóveis está na lei que trata da desoneração da folha de pagamentos. Instituída em 2011, a medida vale para os 17 setores mais intensivos em mão de obra no País. Juntos, eles incluem milhares de empresas que empregam 9 milhões de pessoas. A medida substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

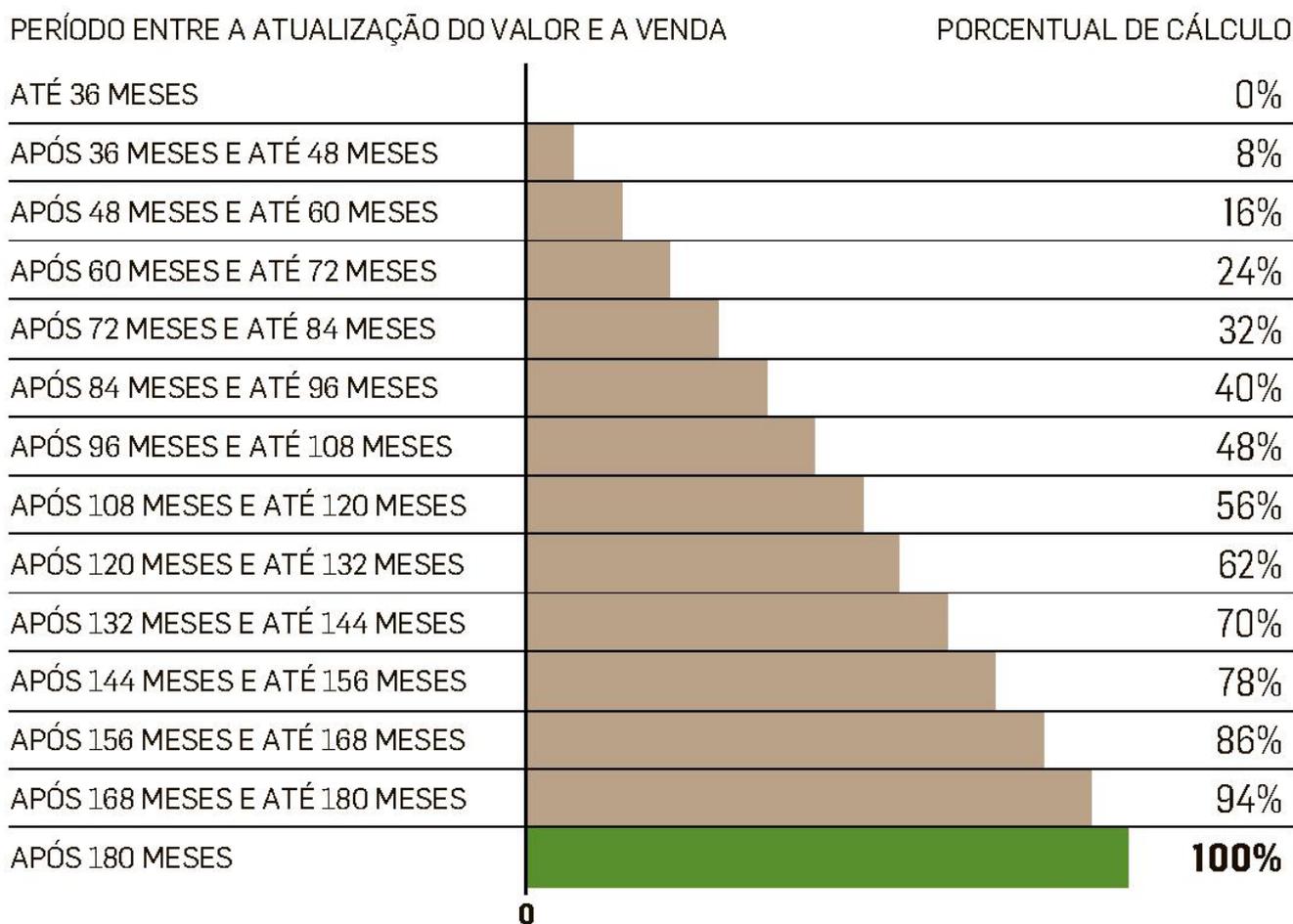
"A ideia é trazer receita para a União e uma tributação vantajosa para quem deseja fazer esse tipo de atualização, o que hoje é vetado" Carlos Schenato Advogado tributarista

"O prazo é curto e é preciso ver se elas estarão atentas a isso e se vão aderir" Eduardo Natal Presidente do Abat

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

## MENOS IMPOSTO

### Ganho de capital será calculado com fator redutor



**FÓRMULA APLICADA:** GANHO DE CAPITAL = VALOR DA ALIENAÇÃO - [CUSTO DO BEM IMÓVEL ANTES DA ATUALIZAÇÃO + (DIFERENCIAL DE CUSTO TRIBUTADO A TÍTULO DE ATUALIZAÇÃO X % PROPORCIONAL AO TEMPO ENTRE A ATUALIZAÇÃO E A VENDA)]

**FONTE:** LEI Nº 14.973, DE 16 DE SETEMBRO DE 2024 / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

# Em novo recorde, arrecadação vai a R\$ 201,6 bi em agosto

**CÉLIA FROUFE BRASÍLIA | COLABORARAM  
GABRIELA JUCÁ e CAROLINE ARAGAKI**

A arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 201,622 bilhões em agosto, uma alta real (descontada a **inflação**) de 11,95% na comparação com o resultado de agosto de 2023, quando o recolhimento de **tributos** somou R\$ 172,785 bilhões, a preços correntes.

Em relação a julho, quando o montante foi de R\$ 230,998 bilhões, a arrecadação caiu 12,72%, em termos reais. Segundo a **Receita Federal**, o resultado de agosto, em termos reais, é o melhor para o mês na série histórica - iniciada em 1995.

Segundo o economista Tiago Sbardelotto, da XP, a tendência para a arrecadação tributária no País deve permanecer positiva, mas não o suficiente para atingir a meta de resultado primário.

A arrecadação federal veio dentro do esperado em agosto, sob influência positiva da atividade econômica no período e do movimento de alta da taxa média de câmbio, que também contribuiu para impulsionar o resultado do mês, avalia o analista da Tendências Consultoria João Leme.

O Fisco destacou que o resultado de agosto foi influenciado pelo comportamento dos principais indicadores macroeconômicos que afetam a arrecadação; pela melhora no desempenho da arrecadação do PIS/Cofins em razão, entre outros aspectos, do retorno da tributação incidente sobre os combustíveis; e pelo desempenho dos **tributos** no comércio exterior.

Nos oito meses de 2024, a arrecadação já chegou a R\$ 1,731 trilhão. Segundo a Receita, esse também é o melhor resultado para o período na série histórica. O total representa aumento real de 9,47% ante os oito primeiros meses de 2023.

De olho no resultado Analista avalia que, mesmo com alta na arrecadação, País não deve atingir meta do resultado primário

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Reforma tributária provoca elaboração de proposta de mudanças na legislação penal

*Laura Ignacio De São Paulo*

A aprovação da **reforma tributária** incentivou a elaboração de uma proposta para a área penal.

Um grupo de mais de 20 especialistas da FGV Direito SP - entidade que também participou da construção do texto original que resultou na Emenda Constitucional nº 132, de 2023 - já iniciou pesquisas em outros países, como Espanha, Portugal, Alemanha e Itália, para propor mudanças na esfera penal tributária.

Um dos objetivos concretos da pesquisa é afastar o entendimento de que não há crime enquanto não finalizado o processo administrativo tributário (Súmula Vinculante nº 24 do Supremo Tribunal Federal). "Na prática, hoje, torna o crime tributário imprescritível", afirma Heloisa Estellita, uma das coordenadoras da pesquisa, que também estudam, por exemplo, a necessidade de criação de novos tipos de crimes puníveis ou aumento de penas de crimes que já existem.

A íntegra da proposta da equipe da pesquisa "Evasão Fiscal: uma proposta legislativa para debate" do Núcleo de Direito Penal e Processual Penal da FGV Direito SP deverá estar disponível ao público em até dois anos. A ideia é que ela seja abraçada por algum parlamentar para ser transformada em projeto de lei.

A **reforma tributária**, instituída pela Emenda Constitucional nº 132, aprovada no fim do ano passado, tem como principal objetivo simplificar o atual sistema.

Ela cria, por exemplo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) para ficar no lugar do ICMS, ISS, PIS e Cofins.

Agora, a regulamentação está em discussão no Congresso: os projetos de lei complementar (PLPs) nº 68 e nº 108.

Uma das medidas da **reforma tributária** que pode impactar os contribuintes na esfera penal, aponta Heloisa, é que o contribuinte vai passar a receber dinheiro do Estado. Isso porque a compensação de benefícios fiscais será feita por meio de repasses do governo às empresas.

"Fraudes que ocorreram nos países europeus devem acontecer aqui, como operação simulada para gerar direito à devolução de IVA", diz ela. "Poderá ser necessária a criação de novos tipos penais", acrescenta.

O PLP 68, já aprovado na Câmara dos Deputados e em discussão no Senado, cria uma espécie de nova representação para fins penais para o caso específico de apuração de irregularidade da lei tributária (artigo 395). Segundo o dispositivo, a **Receita Federal** deve informar ao Ministério Público a suspeita de prática de crime tributário em até 10 dias após a emissão do auto de infração relativo à compensação de benefícios fiscais do ICMS na transição para o novo sistema CBS/IBS. Porém, esse mecanismo já existe na Lei nº 9.430/96 (artigo 83) e poderia gerar duplicidade de investigações penais.

De acordo com Heloisa, se estuda uma punição diferenciada na fase de transição da **reforma tributária**, período de sete anos durante o qual o contribuinte terá que conviver com dois sistemas tributários diferentes ao mesmo tempo. "Na Itália, por exemplo, em caso de controvérsia, a infração não é punida na esfera penal, só no âmbito administrativo", diz a advogada.

Na Espanha, segundo Fernanda Vilares, também coordenadora da pesquisa e procuradora da Fazenda Nacional, há uma cláusula de aumento da pena para o crime de fraude à execução tributária. O tema também está na pauta da pesquisa. "A experiência de atuação como procuradora e gestora de dívida nos deu a convicção de que as empresas usam o não pagamento como estratégia de negócio.

Atualmente, nosso problema são os grandes planejamentos que tentam maquiagem as operações ou estratégias de blindagem patrimonial", afirma.

Por outro lado, ao contrário do que acontece hoje, uma nova norma poderá delimitar melhor quais administradores podem ser acusados de crime. "Não é um problema da reforma, mas não existe norma no Brasil para determinar a transferência da responsabilidade penal para o administrador de fato, como há na Alemanha, Espanha e Itália", diz Heloisa. "A consequência, hoje, no país, é que o Ministério

Público direciona a investigação a todos os dirigentes." Uma nova legislação, afirma Heloisa Estellita, pode evitar que quem não tem nada a ver com a fraude não seja mais forçado a fazer acordo com o MP, mesmo sem responsabilidade, só para se livrar do risco de prisão.

Para Renato Stanziola Vieira, sócio do Kehdi Vieira Advogados e presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCRIM), a **reforma tributária** pode ser uma janela de oportunidade para necessárias mudanças na legislação penal. "A **reforma tributária** veio para dar transparência e simplificação, assim é uma chance de também simplificarmos o atual cipoal de normas penal tributárias", diz.

Uma reforma penal, afirma o especialista, poderia acabar com o uso ilegítimo da pena para fim de arrecadação. "Um exemplo é a punição do substituto tributário em vez do sonegador. O resultado disso são idas e vindas de programas de parcelamento tributário." Outro item que poderia ser abordado nessa proposta, segundo Vieira, é o uso de órgãos como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para a obtenção de informações sigilosas dos contribuintes, sem autorização judicial.

Já Renato Silveira, advogado e professor de Direito Penal da USP, destaca a atual questão da extinção de punibilidade penal com o pagamento do tributo devido.

"Desde a década dos anos 90, essa discussão gera enorme controvérsia porque o Direito Penal não deveria servir para arrecadar dinheiro", afirma. "Poderia-se limitar o uso disso uma vez a cada cinco anos, por exemplo, para evitar um sistema disfuncional."

"**Reforma tributária** pode ser uma oportunidade para mudar a lei penal" Renato S. Vieira

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187990>

# PLP 68/24 e representação fiscal para fins penais - OPINIÃO JURÍDICA

*Heloisa Estellita, Fernanda Vilares, Pedro Mendonça e Vinícius Canesin são, respectivamente, coordenadoras e pesquisadores da equipe da pesquisa "Evasão Fiscal: uma proposta legislativa para debate" do Núcleo de Direito Penal e Processual Penal da FGV Direito SP*

O Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que trata do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), levanta preocupações ao propor alterações isoladas em matéria processual penal.

Essa reforma, agora em fase de implementação por meio de projetos de lei, foi resultado de extensa pesquisa e análise antes de sua formulação como emenda constitucional. Seu foco não abrange matérias penais ou processuais penais, o que é prudente, já que as normas penais-tributárias dependem das normas tributárias para fixação de seu conteúdo. É fundamental estabelecer primeiro a base legal tributária antes de ajustar a legislação penal. Eventuais mudanças nas normas penais exigirão igual ou maior cuidado, considerando o impacto significativo das penas sobre direitos fundamentais dos contribuintes.

É por isso que vimos com apreensão o disposto no artigo 395 do PLP 68/2024 quanto à inclusão de um único artigo sobre matéria processual penal, destoante do escopo do projeto.

A abordagem isolada de uma questão penal é preocupante, sobretudo porque trata da chamada representação para fins penais, tema que demandaria uma abordagem mais ampla e, especialmente, que levasse em conta o que já existe nessa matéria.

A representação fiscal para fins penais é um mecanismo por meio do qual a administração tributária comunica ao Ministério Público a suspeita da prática crime tributário. Em termos processuais, ela é nada mais do que uma espécie de notícia de crime, como é um boletim de ocorrência, por exemplo. Esse mecanismo já existe entre nós e é regulado pelo artigo 83 da Lei nº 9.430/96, que determina que a representação fiscal para fins penais será "encaminhada ao Ministério Público depois de proferida a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente".

Embora a autoridade tributária só possa enviar a representação ao Ministério Público após a decisão final administrativa, isso não significa que o Ministério Público tenha o dever de atuar com base na representação - quando, por exemplo, entende que os fatos narrados na representação nem em tese configuram crimes tributários, pode não instaurar procedimento investigatório - nem que depende dessa representação para investigar - caso, por exemplo, chegue a seu conhecimento a suspeita de prática de crimes tributários por outros meios. Em qualquer caso, desde que observado o determinado na Súmula Vinculante 24 do Supremo Tribunal Federal (STF).

O STF decidiu exatamente nesse sentido ao apreciar a ADI 4980, em 2022, afirmando que o artigo 83 da Lei nº 9.430/1996 "apenas estabelece requisito, direcionado ao agente administrativo, quanto ao encaminhamento da representação fiscal para fins penais ao Ministério Público.

Em nada modifica a natureza jurídica do crime de apropriação indébita previdenciária, tampouco trata de justa causa para os delitos contra a ordem tributária".

Enquanto essa regra é geral, valendo para qualquer suspeita de crime tributário, independentemente do tipo de tributo ou do tipo de auto de infração, a regra proposta no artigo 395 do PLP 68/2024 tem alcance limitado. Ela determina que a **Receita Federal** informe ao Ministério Público a suspeita de prática de crime tributário em até 10 dias após a emissão do auto de infração oriundo de irregularidades relacionadas à compensação de benefícios fiscais do ICMS durante a transição para o novo sistema CBS/IBS.

E quanto às outras infrações relativas à CBS/IBS que não são transitórias, mas permanentes?

Elas não serão reportadas ao Ministério Público? Ou continuarão seguindo a regra geral do artigo 83?

Essas dúvidas surgem porque a nova norma não abrange as demais situações previstas no próprio PLP 68/2024 envolvendo a CBS/IBS, que certamente serão muito mais numerosas porque permanentes.

Se o legislador pretende manter a regra geral existente para os demais casos, por que criar uma regra tão

específica para um único tipo de auto ligado a uma infração transitória?

O artigo 395 é desnecessário e problemático. Insere mudança isolada, que introduz complexidade onde, hoje, não existe.

Sendo um projeto de lei complementar, uma espécie legislativa mais qualificada do que a lei ordinária, pode-se argumentar que a exigência de representação para fins penais só para a hipótese específica de irregularidades relacionadas à compensação de benefícios fiscais do ICMS durante a transição para o novo sistema CBS/IBS torna inexigível a representação nos casos de suspeitas de crimes tributários que tenham por objeto a CBS e IBS, que são **tributos** que substituirão o ICMS.

Muito embora o Ministério Público possa investigar quando tiver informações oficiais sobre a suspeita de crime tributário provenientes de outras fontes que não a Receita, a verdade é que a grande maioria das investigações têm como gatilho essas representações. E isso é natural, já que nenhum órgão está mais habilitado a desconfiar da prática de crime tributário do que as autoridades fiscais.

Ou seja, a regra proposta no PLP 68/2024 tem um grande potencial para gerar mais confusões do que soluções, contradizendo um dos principais objetivos da **reforma tributária**, que é a simplificação do sistema. A discussão ganha relevância à medida que o PLP 68/2024 avança no processo legislativo. O ideal seria que o dispositivo fosse removido do projeto pelo Senado.

Heloisa Estellita, Fernanda Vilares, Pedro Mendonça e Vinícius Canesin são, respectivamente, coordenadoras e pesquisadores da equipe da pesquisa "Evasão Fiscal: uma proposta legislativa para debate" do Núcleo de Direito Penal e Processual Penal da FGV Direito SP

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187990>

# Voa Brasil vende 10 mil passagens em dois meses; programa disponibilizou 3 milhões de bilhetes

Perto de completar dois meses, o Voa Brasil vendeu apenas 10.422 passagens aéreas para 67 destinos domésticos. O total de bilhetes comercializados representa menos de 1% dos três milhões de assentos ofertados pelas companhias, segundo o Ministério de Portos e Aeroportos.

Lançado em 24 de julho, com atraso de quase um ano, o programa permite a compra de passagens no valor de até R\$ 200 por trecho para aposentados do **INSS**. Podem adquirir a passagem pessoas que não tenham viajado de avião nos últimos 12 meses.

Apesar do baixo volume de vendas, Tomé Franca, secretário de Aviação Civil (SAC), do Ministério de Portos e Aeroportos, disse que o programa está cumprindo o objetivo de inclusão no transporte aéreo. A expectativa do governo é beneficiar pelo menos 1,5 milhão de aposentados.

- O foco do programa é a inclusão social, permitir que brasileiros que nunca voaram ou que voaram nos últimos 12 meses tenham maior acesso ao transporte aéreo. Neste sentido, o programa cumpre bem o seu papel. São milhares de aposentados que puderam entrar no mercado da aviação civil - afirmou Franca.

Ele destacou que a oferta de assentos de 3 milhões considera o período de 12 meses e varia de acordo com o nível de ocupação dos voos e, principalmente na baixa temporada.

Para um executivo da aviação, o volume de vendas é baixo porque não é só o valor da passagem que conta na viagem. As pessoas têm outros gastos, como por exemplo, tarifa de embarque, alimentação, hotel e deslocamento. As empresas apoiaram desde o primeiro momento, mas não esperam um grande resultado do programa, disse o interlocutor.

No ranking dos destinos mais procurados, São Paulo aparece em primeiro lugar com 2.918 reservas. O Rio ocupa o segundo lugar, com 963 bilhetes vendidos e em terceiro, Fortaleza, com 922. Em seguida estão Recife, Salvador, Brasília e Belo Horizonte.

O Voa Brasil teve mais de 600 opções de trechos

reservados para cerca de 70 cidades brasileiras. Os destinos mais procurados neste início de programa foram São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Cerca de 45% dos voos foram para o Sudeste e 40% para o Nordeste.

A capital cearense foi a cidade mais procurada do Nordeste pelos beneficiários do programa. Um em quatro bilhetes vendidos para a região, neste primeiro mês de funcionamento, foi para aeroportos do estado (Fortaleza, Juazeiro do Norte e Jericoacoara). O número de aposentados que voaram para Fortaleza desde o início do programa Voa Brasil seria suficiente para lotar mais de seis aeronaves.

O Voa Brasil funciona por meio de uma parceria do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) com as principais aéreas brasileiras e não envolve subsídio governamental para a oferta dos bilhetes. Os trechos disponíveis são apresentados em uma plataforma exclusiva aos aposentados ( [www.gov.br/voabrasil](http://www.gov.br/voabrasil) ). No primeiro momento, o programa é destinado a aposentados pelo Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS/**INSS**), independentemente da faixa de renda, que não tenham viajado de avião nos últimos 12 meses.

A expectativa do Ministério de Portos e Aeroportos é lançar a segunda etapa do programa no primeiro semestre de 2025, no qual serão beneficiados os estudantes de instituições de ensino público.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/09/20/voa-brasil-vende-10-mil-passagens-em-dois-meses-programa-disponibilizou-3-milhoes-de-bilhetes.ghtml>

# Cuidado com essas fake news que circulam sobre a Previdência

No ano de 2060 o Brasil deverá ter mais de 66,4 milhões de beneficiários da **Previdência Social**, o que inclui aposentados, pensionistas e pessoas que têm direito ao benefício de prestação continuada (BPC), segundo projeção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Esses milhões de brasileiros que hoje contribuem, para no futuro terem direito a uma aposentadoria minimamente digna, ou mesmo aqueles que estão próximos de se aposentar, já enfrentam atualmente um grande desafio: saber e entender corretamente em quais regras previdenciárias se enquadram, após a Reforma de 2019, a mais profunda feita até hoje no regime de previdência pública do país.

Além das inúmeras e complexas normas e leis que regulamentam a concessão de benefícios pela **Previdência Social**, os contribuintes se vêem à mercê de uma infinidade de notícias falsas que, além de desinformar, podem levar as pessoas a caírem em golpes. Quem faz o alerta é o professor universitário e especialista em Direito Previdenciário, o advogado Jefferson Maleski, que integra o escritório Celso Cândido de Souza Advogados.

"Diversas fake news que circulam pela internet são referentes a questões previdenciárias. Em geral, são falsas matérias jornalísticas que aparecem em sites de origem duvidosa e sem credibilidade, que são caça-cliques. E isso é um problema porque as pessoas, no geral, pouco buscam se informar sobre esse assunto, e quando vão buscar alguma informação, podem mais se desinformar do que obter as orientações corretas", afirma.

Como exemplo ele cita uma notícia falsa, que recentemente ganhou força na internet e nas redes sociais, afirmando que o atual governo Lula teria aprovado a aposentadoria aos 55 anos. "Na verdade, essa aposentadoria especial, aos 55 anos, já existia há décadas, mas a pessoa só consegue ter direito a ela se cumprir uma série de requisitos, que são muito mais difíceis de serem cumpridos, como por exemplo, comprovar que trabalhou com a exposição de agentes nocivos por pelo menos 15 anos seguidos. Mas isso não é uma novidade, alguns sites maliciosos distorcem a informação só para obter cliques", explica o advogado.

Fuja da desinformação

Outra fake news divulgada com frequência há algum tempo é a que diz que o governo teria liberado 14º salário. "Isso não é verdade. O que há é um projeto de lei apresentado há muito tempo no Congresso, que prevê o pagamento de um 14º salário a aposentados e pensionistas, mas esse projeto nunca foi votado. Então não há nenhuma lei que determine o pagamento de um 14º salário a aposentados e pensionistas do **INSS**", esclarece Jefferson Maleski.

O advogado dá algumas orientações para que as pessoas fujam das notícias incorretas e tenham segurança nas informações que obtenham. "Uma dica é buscar sites jornalísticos confiáveis, de credibilidade. Fuja de páginas ou portais desconhecidos, estranhos especialmente aqueles muito carregados com propaganda, o interesse desses sites é só buscar cliques e não informar", salienta.

Outra orientação é buscar informações nos canais oficiais, como as agências da **Previdência Social** e o próprio site do Ministério da Previdência. "Outros canais oficiais são o telefone 135, que é o único canal telefônico oficial da **Previdência Social**, não há outro; e o aplicativo Meu **INSS**, uma plataforma onde se tem acesso a vários serviços e também informações", pontua o especialista previdenciário.

Ajuda especializada

Também é muito importante, segundo orienta Jefferson Maleski, a busca do serviço de um advogado especializado por parte de quem está perto de se aposentar ou mesmo quem está começando a contribuir para a previdência e quer planejar o seu futuro e saber as regras às quais estão sujeitas o seu regime previdenciário.

"Quem deseja ter mais informações sobre sua vida previdenciária ou seu status previdenciário, é recomendável que essa pessoa busque os serviços de um advogado previdenciário. E é importante que seja um especialista em previdência, porque nesse campo, as regras e leis estão sempre mudando, e um advogado especializado na área estará sempre atento a tais mudanças. Um advogado previdenciário irá, inclusive, ajudar a fazer um planejamento previdenciário dessa pessoa, levantando tudo o que ela já contribuiu, e ajustando como ela deve contribuir

a partir de hoje, para atingir o valor de uma aposentadoria que ela acredite ser mais justa", explica.

(\*) Homework inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

**Site: <https://www.terra.com.br/economia/cuidado-com-essas-fake-news-que-circulam-sobre-a-previdencia,fe0eab3ac0b258858c561ca411e4443567yipir6.html>**

# Jogos entregues à própria sorte e jogadores, ao próprio azar - VISTO, LIDO E OUVIDO

**CIRCE CUNHA**

Como previsto pela pequena parcela de brasileiros que utiliza a cabeça para pensar, a liberalização dos jogos de azar, das bets, dos bingos e outras modalidades voltadas para targar os trouxas traria consigo consequências nefastas muitos além dos supostos benefícios apregoados pelos defensores desse mundo de fantasias. Aqui já foi dito que os afoitos defensores da liberalização dos jogos no país deveriam ser investigados previamente, antes que essa matéria fosse levada adiante e aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Houvesse, ao menos, uma sincera vontade em conhecer de perto quem são aqueles que querem os cidadãos brasileiros mergulhados no mundo obscuro da jogatina desenfreada, nada desses tormentos que agora surgem de todos os lados estaria acontecendo.

O certo é que aqueles que desejam que o Brasil se transforme em um imenso cassino, e que verdadeiramente estão por detrás dessa manobra, não mostram o rosto. Como sempre, fechamos as portas depois de arrombadas. O poderoso lobby dos jogos de azar fez seu trabalho às custas de muito suor e, Deus sabe lá, às custas de que outras coisas mais. Falar em criação de regras para a exploração da jogatina e de mecanismos de fiscalização e controle dos mesmos, num país em que regras, fiscalização e controle só funcionam onde não existe o poder do suborno, é piada sem riso.

A contravenção conhece muito bem os caminhos que levam à absolvição. Não só os caminhos, mas quem pode absolvê-los. Aos ludopatas, ou àqueles tomados pela doença psicológica de compulsão por jogos de azar, foi dada a "Disneylândia das apostas". Aos hospitais e às clínicas de psiquiatria, um grande volume de pacientes.

Do mesmo modo, ao SUS foram empurrados a tarefa e os custos com a chegada em massa desses novos doentes.

Sem tocar na destruição de famílias. Aos contribuintes, foram entregues ainda as dívidas com os altos custos desses novos benefícios. Ou seja, o azar fica do lado dos perdedores - no caso, os brasileiros -, e a sorte vai para os bolsos desses empresários enriquecidos com dinheiro fácil. Outro beneficiário direto desses

estabelecimentos de apostas serão as organizações criminosas, que terão à disposição excelentes meios de lavar o dinheiro do crime.

Um absurdo anunciado pelo governo para conferir um certo grau de correção na atividade de jogos será a exigência das casas de apostas de apresentarem o perfil desses jogadores. Até mesmo o Ministério da Saúde está sendo recrutado para alertar e fazer campanhas publicitárias sobre os efeitos das apostas na saúde das pessoas.

Outra exigência do tipo para inglês ver será a obrigação das casas de apostas enviarem relatórios diários para o Ministério da Fazenda sobre o perfil dos jogadores, renda, valor e frequência das apostas. Aqui fica mais do que patente que ao governo interessa apenas o quanto poderá arrecadar em **impostos** e outras taxas.

As fraudes já começaram a acontecer, com notícias correntes de empresas que estão explorando tanto os apostadores, como os empregados e o próprio Fisco. O problema é que, mais cedo ou mais tarde, o Judiciário será invadido por uma avalanche de processos individuais e coletivos, feitos por famílias que, de uma hora para outra, perderam tudo, inclusive a casa própria.

Para um país cujas prioridades reais deveriam ser educação, saúde, infraestrutura, água e esgoto tratados e muitas outras necessidades urgentes, a liberação da jogatina demonstra que o governo e mesmo o Congresso estão, como sempre, alheios ao Brasil real, cada um cuidando dos próprios interesses. Essa história de que a Fazenda está cuidando agora para que a regulamentação tenha um potencial para proteger os consumidores não faz sentido, quando se sabe que nem mesmo as metas fiscais estabelecidas pelo próprio governo são cumpridas ou respeitadas.

Outra balela é falar em "jogo responsável", como se isso fosse possível para dependentes em apostas, criminosos lavando dinheiro e donos de cassinos loucos por encher os cofres das empresas. Também deixar por conta dos apostadores e dos sites uma autorregulamentação é outra sandice. Por fim, tratar esse setor controverso e perigoso como empresas dedicadas ao entretenimento e lazer é fazer troça dos cidadãos.

O fato é que o jogo no Brasil, a partir dessa liberalização geral, está entregue à própria sorte. Os incautos apostadores é que estarão entregues ao próprio azar. Afinal, a liberação do jogo em nosso país é uma boa medida para nosso futuro? Sim ou não? Façam as suas apostas.

Jogos entregues à própria sorte e jogadores, ao próprio azar

» A frase que foi pronunciada: "Ninguém gosta de perder, mas não se pode ganhar o tempo todo. Se você perder, tem que levar isso de maneira graciosa" Steve Wynn Nossa cidade

» As crianças que hoje são avós, ao ouvirem o sinal de fim das aulas batido diariamente na escola, saíam correndo para casa. Pegavam bola, patins, bete e passavam o resto do dia na rua. Hoje, as crianças não querem sair da escola ao toque do sinal. Brincadeiras só no parque da escola. Não há segurança para deixar crianças brincando sozinhas nas ruas ou debaixo dos blocos. É uma mudança e tanto de cultura.

» História de Brasília Para os que querem entender demais, e que receitam a torto e a direito sem ser médicos, o nome da doença é laringite estridulosa. (Publicada em 18/9/1962)

**Site:**

**<https://flip.correiobrasiliense.com.br/edicao/imprensa/6429/19-09-2024.html?all=1>**

# Relatório deve mostrar contenção modesta de gastos



"Na previsibilidade, que o governo gosta de enfatizar, deixa a desejar"  
Tiago Negreira

**Anaís Fernandes De São Paulo**

Economistas esperam uma sinalização bem mais comedida de contenção de gastos por parte do governo no relatório de avaliação bimestral de receitas e despesas de setembro, que será divulgado hoje.

As estimativas giram em torno de R\$ 5 bilhões de bloqueio e, talvez, nenhum contingenciamento.

Diferentemente de julho, quando havia muita expectativa em torno da divulgação do relatório para a formação das expectativas, os analistas estão, agora, mais de olho no projeto de orçamento enviado para 2025, que incomoda não só pelo desafio em cortar despesas, mas por contar com mais de R\$ 160 bilhões em receitas incertas.

Uma contenção (bloqueio e contingenciamento) em torno de R\$ 10 bilhões seria uma sinalização positiva para o mercado, mas o governo tem indicado um valor menor, entre R\$ 5 bilhões e R\$ 6 bilhões, sobretudo pela surpresa com gastos da Previdência, diz Ítalo Franca, chefe de política fiscal e estudos especiais do Santander.

O bloqueio é realizado quando despesas obrigatórias sobem mais do que o estimado pelo governo, e ele precisa cortar despesas discricionárias (não obrigatórias) para compensar. É um "jogo de soma

zero". Já o contingenciamento de despesas ocorre quando há frustração nas receitas previstas para financiar gastos. Tudo o mais constante, o contingenciamento resulta em diminuição das despesas totais.

No fim, ambas implicam cortes de despesas não obrigatórias.

Na avaliação de economistas, o governo deve reduzir, no relatório de setembro, a estimativa de arrecadação com mudanças no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**), acordos de transação tributária e renegociação de concessões de ferrovias, o que poderia levar a algum contingenciamento.

"Na previsibilidade, que o governo gosta de enfatizar, deixa a desejar" Tiago Negreira

Mas isso deve ser compensado pelo aumento de parâmetros como o **PIB**, pelo recebimento de dividendos de estatais, notadamente do BNDES, e por medidas de subvenção.

Assim, Franca não descarta, por exemplo, que o governo até revise para cima as receitas, ante o último relatório, e retire um pouco do contingenciamento imposto.

"Desde julho, notamos que tem crescido a chance de o governo cumprir o piso da meta ajustada para o primário em 2024. A melhora, porém, é circunstancial e se dá sobre bases frágeis, considerando a natureza extraordinária das receitas a serem incorporadas neste relatório, como recursos de depósitos judiciais e bancários", diz Roberto Secemski, economista-chefe para Brasil do Barclays. A meta para 2024 e 2025 é de resultado primário zerado, com tolerância de um déficit de até 0,25% do **PIB**.

Segundo Fabio Serrano, economista do BTG Pactual, o governo tem sinalizado que poderá manter parte da superestimação de receita neste ano, evitando novo contingenciamento e apostando no empoçamento para cumprir a meta.

Com a inclusão de novos dividendos e a perspectiva de **PIB** mais forte, o BTG passou a enxergar o cumprimento da meta de primário em 2024, no limite inferior, como cenário mais provável. A projeção do

BTG para o déficit do governo central em 2024 diminuiu de R\$ 62 bilhões para R\$ 48 bilhões (ou R\$ 28 bilhões, excluindo gastos com o Rio Grande do Sul, que não serão computados na meta).

Para 2025, a projeção do BTG de déficit foi revista de R\$ 132 bilhões para R\$ 110 bilhões (ou R\$ 66 bilhões, excluindo despesas com precatórios que também não entrarão na meta). Apesar disso, a incerteza dos analistas em relação ao cumprimento das regras fiscais nos próximos anos aumentou, segundo Mansueto Almeida, economista-chefe do BTG e ex-secretário do Tesouro Nacional.

O governo enviou o projeto do Orçamento de 2025 com déficit de R\$ 40,4 bilhões (ou superávit de R\$ 3,7 bilhões, excluindo precatórios).

A sensação que ficou, no entanto, é que o Orçamento é excessivamente dependente de fontes incertas de receitas, cuja arrecadação vai depender de acordos voluntários com empresas e da aprovação de medidas de aumento de **impostos** no Congresso, diz Mansueto.

Pelo projeto, o governo busca R\$ 168 bilhões em novas receitas para 2025. O BTG contabiliza R\$ 178 bilhões de "fontes incertas", incluindo R\$ 10 bilhões da renegociação de outorgas de ferrovias.

Secemski, do Barclays, chama a atenção para o fato de que o Orçamento de 2024, que mira a mesma meta de 2025, também buscava R\$ 168 bilhões em novas receitas.

"Isso mostra como parte relevante dessas receitas foram efêmeras, ao passo que a despesa segue crescendo, de forma que, agora, mais R\$ 168 bilhões são necessários para 2025 só para ficar "parado" no mesmo lugar, na meta zero que o Orçamento tem de trazer", afirma.

As novas receitas para 2025, no entanto, "estão muito mais incertas", diz Tiago Negreira, economista da Tenax Capital. "Para o ano que vem, a meta zero parece ainda mais distante. Como o Orçamento de 2025 não é tão crível, o mercado vai avaliar mês a mês. No quesito previsibilidade, que o governo tanto gosta de enfatizar, está deixando a desejar", afirma.

Ainda que a meta seja alcançada, a trajetória da dívida seguirá ascendente, nota Secemski. Falta, segundo ele, um ajuste estrutural, sobretudo nas despesas, para reduzir preocupações no front fiscal.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187990?page=1&section=1>

# Bolsa e dólar caem após alta de juros

» ROSANA HESSEL » FERNANDA STRICKLAND

Um dia após o Banco Central voltar a subir a taxa básica da economia (Selic) pela primeira vez desde 2022, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e o dólar recuaram com a expectativa de maiores ganhos na renda fixa.

Depois de o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevar a Selic de 10,50% para 10,75% ao ano, o Índice Bovespa, principal indicador da B3, encerrou o pregão de ontem com queda de 0,47%, a 133.122 pontos, na contramão da Bolsa de Nova York, onde o Índice Dow Jones subiu 1,26% depois de o Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) cortar os juros básicos em 0,50 ponto, para o patamar de 4,75% a 5% ao ano, refletindo uma política monetária mais branda diante dos sinais de desaquecimento econômico na maior potência do planeta.

Já o dólar voltou a cair e fechou o dia cotado a R\$ 5,42 para a venda, o menor patamar do mês e, com isso, o real teve a segunda melhor performance entre as principais divisas emergentes e de países exportadores de commodities ontem, ficando atrás apenas da moeda australiana. "O câmbio e a Bolsa reagiram como esperado após o Copom, com o real se valorizando por conta do diferencial na taxa de juros enquanto a Bolsa recuou com a maior atratividade da renda fixa", explicou Gustavo Cruz, estrategista- chefe da RB Investimentos.

A divergência entre os analistas está no ritmo da alta da Selic na próxima reunião do Copom, em novembro.

Para Cruz, o BC deverá acelerar o ritmo de alta da Selic para 0,50 ponto porcentual e, em dezembro, o ritmo dependerá de como os mercados vão se comportar no fim do ano. "Caso melhore, daria para pensar em uma redução do ritmo", explicou. Alexandre Espírito Santo, economista da Way Investimentos, é mais conservador e espera mais duas altas de 0,25 ponto porcentual na taxa Selic até o fim do ano. "Sinceramente, acho que um miniciclo de 0,75 ponto porcentual de alta seria suficiente, mas parece que o mercado comprou a ideia de que é necessário um aperto mais forte e tem economista falando em Selic no fim do ciclo de até 12,50% ao ano, mas acho um tanto quanto exagerado.

Mas, vamos ver os próximos números", afirmou.

Sergio Goldenstein, estrategista da Warren Rena, por sua vez, segue prevendo outras três altas adicionais de 0,25 ponto porcentual na taxa Selic, para 11,50% ao ano até janeiro de 2025. "Mas, reconhecemos que aumentou a possibilidade de um ciclo mais intenso, em particular, se o desempenho do real não contribuir para o processo de desinflação e caso os indicadores de atividade e mercado de trabalho continuem a mostrar um forte dinamismo", escreveu, em um relatório aos clientes. Ele espera, inclusive, que a reação inicial do mercado à decisão e ao **comunicado** do Copom continue sendo de uma **redução** da inclinação da curva de juros e apreciação do real.

Na avaliação do economistachefe do Departamento de Pesquisa Econômica do Banco Daycoval, Rafael Cardoso, o Banco Central foi bastante duro no **comunicado** da reunião do Copom, reagindo a fatores externos e internos. Para ele e sua equipe, o colegiado deverá aumentar o ritmo de alta para 0,50 ponto porcentual nas duas próximas reuniões e, depois, reduzirá para 0,25 ponto porcentual, quando encerrará o ciclo com a Selic em 12%. "A nossa interpretação é de que o BC decidiu assumir o controle de forma mais ativa, tomando a rédeas da política monetária, sem depender de fatores externos. Internamente, o Banco Central passou a ver o balanço de riscos como assimétrico. O principal fator para essa avaliação foi a reavaliação em torno da atividade econômica mais forte que o esperado", explicou.

Segundo Paulo Cunha, CEO da iHUB Investimentos, as decisões dos bancos centrais do Brasil e dos Estados Unidos estavam em linha com as expectativas do mercado, mas seus efeitos ainda serão sentidos nos próximos meses. "Essas magnitudes eram esperadas, principalmente aqui no Brasil, onde o aumento foi moderado. Isso deve continuar favorecendo ativos de renda fixa e investimentos atrelados à Selice realizando sua principal função, o controle inflacionário.

Já nos EUA, o corte pelo Fed foi visto como um sinal claro de que a desaceleração econômica preocupa, o que pode impactar a curva de juros globalmente", avaliou Cunha. "O Banco Central brasileiro adotou uma postura mais dura ("hawkish") ao deixar claro que mais altas podem ocorrer caso a **inflação** persista. Isso traz previsibilidade e deve continuar favorecendo investimentos em renda fixa e títulos públicos. A curva de juros pode cair um pouco no longo prazo, e o mercado de câmbio também pode responder positivamente, com o dólar em leve queda",

acrescentou.

Ajustes Os investidores, agora, precisam ajustar suas carteiras de acordo com as novas realidades econômicas em cada país. No Brasil, a elevação da Selic mantém a atratividade de investimentos em renda fixa, enquanto, nos EUA, o corte dos juros pode favorecer ativos mais arriscados, como ações, mas ainda depende da resposta do mercado às novas condições econômicas. Para o economista Otto Nogami, professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), a decisão do Fed pode ser vista como um reflexo do progresso na luta contra a **inflação** e um movimento para equilibrar os riscos econômicos. "No Brasil, essa redução pode trazer alguns impactos positivos, como a valorização do real e um possível alívio na política monetárias", afirmou. Nogami disse que a decisão do Copom foi acompanhada por uma queda na B3 e uma leve desvalorização do dólar frente ao real. "Esses movimentos refletem a cautela dos investidores diante do novo cenário de juros mais altos."

» Setor produtivo lamenta

A retomada da alta dos juros básicos ocorreu após o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgar aumento de 1,4% no Produto Interno Bruto (**PIB**) do segundo trimestre, acima das expectativas do mercado e desagradou o setor produtivo. A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cebic), por exemplo, lamentou o aumento da taxa Selic. "A entidade avalia que a decisão da autoridade monetária deve criar obstáculos novos ao investimento em infraestrutura, assim como reduzir o volume de depósitos na caderneta de poupança", informou a nota da entidade. Renato Correia, presidente da Cbic, demonstrou preocupação e destacou que a construção é fator essencial na formação de capital fixo no país. "O desafio é desenvolver o Brasil sem as condições necessárias para o investimento acontecer", afirmou, na nota.

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6429/19-09-2024.html?all=1>

# Banco Central faz o necessário (Editorial)

Como esperado, o Banco Central (BC) decidiu elevar a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual (p.p.), para 10,75% ao ano.

A decisão foi unânime, e o tom do **comunicado** foi tão duro que parte do mercado financeiro viu no texto fatores suficientes para um aumento maior que o anunciado.

Foi a primeira vez que os juros subiram desde o início do governo Lula da Silva. A última elevação havia ocorrido em agosto de 2022, em plena campanha eleitoral, quando a Selic chegou a 13,75% ao ano.

De fato, o Comitê de Política Monetária (Copom) não tinha alternativa para conter a piora das expectativas. A atividade econômica segue resiliente, o mercado de trabalho permanece aquecido, as projeções de **inflação** continuam a aumentar e o câmbio está longe do patamar registrado no início do ano.

Mas, desta vez, o Banco Central reavaliou o hiato do produto para o campo positivo - ou seja, reconheceu que a economia está crescendo acima de sua capacidade.

Além disso, o BC admitiu que o balanço de riscos está assimétrico, ou seja, que há mais chances de que a **inflação** suba do que caia.

No cenário de referência, as projeções para a **inflação** continuaram a aumentar - de 4,2% para 4,3% em 2024, de 3,6% para 3,7% em 2025 e de 3,4% para 3,5% em 2026. Em todos os casos, as previsões estão acima da meta de 3%, com a qual o BC sustenta ter firme compromisso.

Cumpri-la, portanto, requer uma atividade econômica menos aquecida e, portanto, juros mais elevados.

Trata-se de um cenário aventado por muitos economistas logo após a divulgação do Produto Interno Bruto (**PIB**) do segundo trimestre, que surpreendeu todos ao aumentar 1,4% ante o primeiro trimestre e 3,3% na comparação com o segundo trimestre de 2023.

Mas tudo muda de figura quando a autoridade monetária compartilha dessa mesma percepção. E o fato de que isso já constou do **comunicado** publicado logo após a reunião, e não somente na ata que é divulgada somente na semana seguinte, é sinal de que há convergência entre todos os diretores - e não

apenas alguns ou vários deles.

A decisão do Copom já chamaria mais atenção do que o costume pelo aumento da Selic depois de tanto tempo, mas o fato de que o Federal Reserve (Fed), o banco central norte-americano, reduziu os juros pela primeira vez desde 2020 - e em 0,50 ponto percentual, para o patamar entre 4,75% e 5%, mais que o 0,25 p.p. esperado pela maioria - gerou injustificada polêmica no mundo político, sobretudo após a pequena e pontual deflação registrada em agosto.

São situações incomparáveis. Afinal, os Estados Unidos passam por um momento muito diferente do vivenciado pela economia brasileira. Ao contrário do que ocorre no Brasil, por lá, a **inflação** está cada vez mais próxima da meta de 2%, a criação de postos de trabalho veio abaixo do esperado e o cenário indica um enfraquecimento da atividade econômica.

O Fed não deu sinalizações mais claras sobre o que fará a partir de agora, mas há uma perspectiva de que o diferencial entre as taxas de juros nos EUA e no Brasil possa atrair investidores estrangeiros e ajudar a valorizar o real ante o dólar, contribuindo para arrefecer parcialmente a **inflação**. Ninguém acredita, no entanto, no retorno do câmbio a níveis inferiores a R\$ 5, como se via no início deste ano.

O Banco Central tampouco se comprometeu com sinalizações mais firmes sobre seus próximos passos, mas já há quem aposte que a Selic pode subir até 12% em janeiro - até então, a maioria dos analistas esperava 11,5%. Os ajustes nas expectativas supõem que o Copom deva acelerar o ritmo de alta dos juros de 0,25 para 0,50 ponto percentual nas reuniões de novembro e dezembro.

Não há razões para culpar a autoridade monetária. A atitude expansionista do governo Lula da Silva dificulta a tarefa do Banco Central, e essa divergência entre as políticas monetária e fiscal exige juros cada vez mais altos para trazer a **inflação** de volta ao centro da meta. É o preço da retomada de manobras e da emissão de créditos extraordinários para não contabilizar gastos no cálculo do resultado primário e de perseguir o limite inferior da meta fiscal.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mercado já vê Selic em 11,75% no fim do ano

**I EDUARDO LAGUNA, RENATA PEDINI, CAROLINE ARAGAKI, GABRIELA JUCÁ, ANNA SCABELLO e DANIEL TOZZI MENDES**

Depois do **comunicado** divulgado na quarta-feira pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central - descrito por economistas como duro ou "hawkish", para usar o jargão financeiro -, o mercado passou a ver uma aceleração do ritmo de alta da Selic até o fim do ano. De acordo com pesquisa do Projeções Broadcast, a mediana para a taxa básica de juros em dezembro passou de 11,25% para 11,75%, na comparação com levantamento feito no último dia 12. Foram consultadas 41 instituições.

A nova estimativa representaria um aumento extra de um ponto porcentual em relação ao atual patamar de 10,75%, definido pelo Copom na reunião de quarta-feira. Segundo o colegiado, o aperto da política monetária refletiu um cenário marcado por resiliência na atividade econômica, por pressões no mercado de trabalho e por expectativas "desancoradas" para a **inflação** - isto é, distantes da meta oficial, de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto.

"Acredito que seja mais plausível e recomendável a aceleração do ritmo de alta (da Selic), até a fim de adiantar o processo de redução da **inflação** para a direção da meta", disse Silvio Campos Neto, economista sênior e sócio da Tendências Consultoria. Ele prevê aumentos de 0,50 ponto nas reuniões de novembro e de dezembro do Copom e um terceiro, já em janeiro de 2025, de 0,25% - para um total de 12%.

Outra instituição que refez suas estimativas foi o UBS BB, que também passou a trabalhar com duas altas de 0,50 ponto até o fim do ano; já para janeiro, a previsão do banco é de nova puxada de 0,50 ponto.

No **comunicado**, o Copom não deu pistas claras sobre seus planos para as próximas reuniões.

Em vez disso, preferiu ressaltar a posição "data dependent", à espera da evolução dos indicadores da **inflação** e das expectativas.

Mas três informações chamaram a atenção dos analistas. A primeira delas foi o reconhecimento do chamado hiato positivo, isto é, de que a economia tem crescido acima de seu potencial - com pressão extra

sobre a **inflação**.

Além disso, foi destacada a avaliação de que há uma "assimetria altista" no balanço de riscos. Em outras palavras, existiriam mais riscos de alta do que de baixa da **inflação**. É algo que já estava subentendido nos comunicados anteriores, mas que agora o comitê colocou com todas as letras. "Os mesmos fatores foram mencionados (na ata da reunião de julho), mas agora o BC admitiu também, de forma mais explícita, que o balanço está assimétrico", afirmou Campos Neto.

Por fim, em seu cenário de referência o BC passou a projetar **inflação** anualizada de 3,5% - portanto, descolada da meta - no primeiro trimestre de 2026, atual horizonte relevante da política monetária.

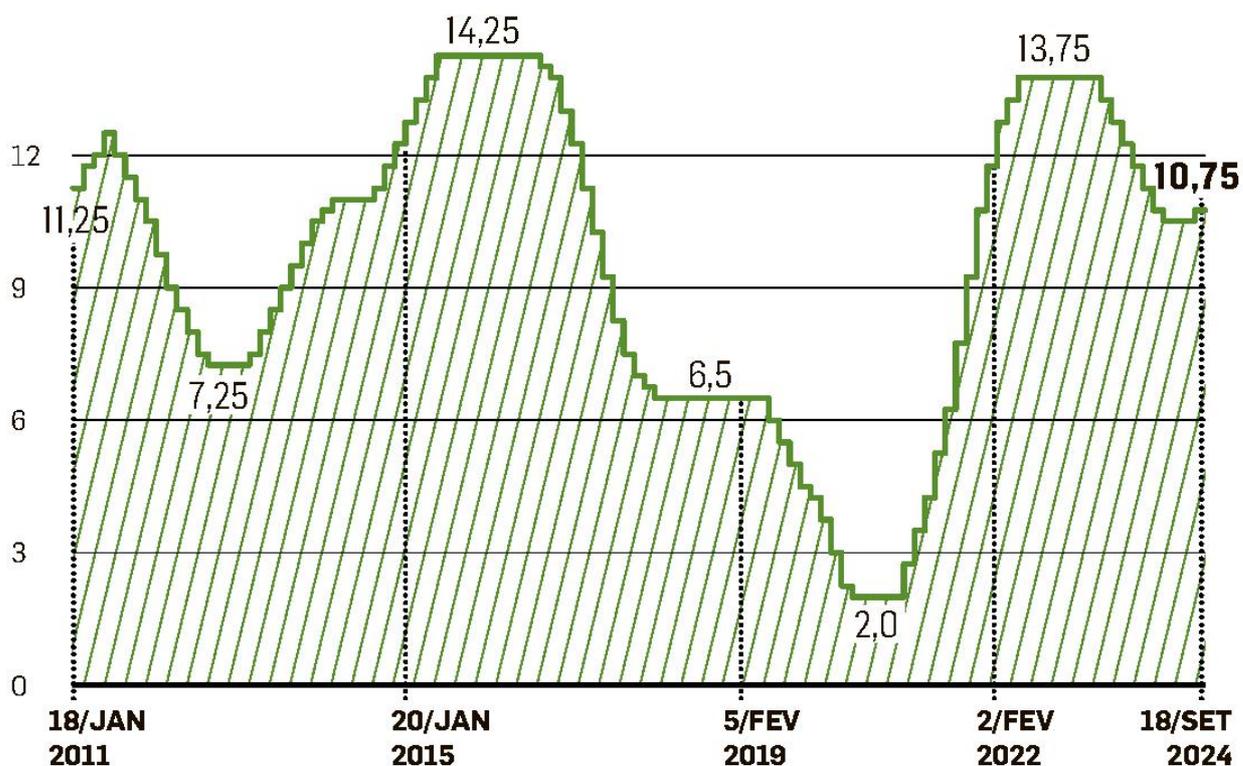
Cenário Para Copom, há mais riscos de alta do que de baixa da **inflação** nos próximos meses

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

## SELIC

### Taxa básica de juros deve continuar sequência de altas

EM PORCENTAGEM AO ANO



**Dilma**



**Dilma Temer**



**Bolsonaro**



**Lula**

FONTE: BANCO CENTRAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

# Por que o Fed optou por redução agressiva de taxas neste momento

*Colby Smith Financial Times*

Falando no mês passado em Jackson Hole, Jerome Powell foi explícito sobre o que ele considerava a missão do Federal Reserve (Fed, banco central americano) à medida que a economia dos EUA emergia de um impacto inflacionário desgastante. "Faremos tudo o que pudermos para apoiar um mercado de trabalho forte à medida que avançamos em direção à estabilidade de preços", disse o presidente, aos pés da cordilheira Teton, em Wyoming.

Na quarta-feira, Powell cumpriu sua promessa, reduzindo a taxa básica de juros do Fed em meio ponto percentual, para o intervalo entre 4,75% e 5%, dando início ao primeiro ciclo de flexibilização do banco central americano em mais de quatro anos.

As autoridades deixaram claro que não iriam parar por aí. As projeções divulgadas na quarta, no chamado gráfico de pontos, mostraram que a maioria dos membros do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) estimava que a taxa de juros cairia mais meio ponto percentual este ano, seguida por uma série de cortes em 2025, levando os juros para o intervalo entre 3,25% e 3,5%.

Longe de causar pânico - uma preocupação de muitos antes da reunião - o corte de meio ponto foi aceito de forma tranquila pelos mercados financeiros. Os principais índices de ações e títulos do governo terminaram o dia praticamente inalterados; na quinta, os futuros de ações dos EUA subiram, assim como os índices na Ásia e na Europa.

"Foi inovador", disse Peter Hooper, vice-presidente de pesquisa do Deutsche Bank. "Foi como um seguro para prolongar o que é um ótimo lugar para se estar na economia." Hooper, que trabalhou no Federal Reserve por quase 30 anos, acrescentou: "Powell quer garantir um pouso suave." A decisão é um movimento ousado para o Fed e, ocorrendo apenas semanas antes da eleição presidencial de novembro, inevitavelmente atraiu críticas. Já o candidato republicano Donald Trump disse que o corte foi feito por "razões políticas" - para ajudar Kamala Harris, sua adversária na corrida pela Casa Branca - ou porque a economia está em "muito mau estado".

A decisão encerrou um período tumultuado na liderança de Powell, que abrangeu uma pandemia global, a maior contração econômica desde a Grande Depressão, guerra e choques severos de oferta que amplificaram o pior surto de **inflação** em 40 anos.

Muitos economistas duvidavam que Powell conseguiria conter as pressões inflacionárias sem levar a maior economia do mundo à recessão.

Mas, dois anos após o pico da alta inflacionária, a **inflação** foi quase trazida de volta à meta de 2% do Fed, enquanto o crescimento econômico permaneceu sólido.

Ao explicar a decisão de quarta, o presidente do Fed enquadrando o corte de juros maior do que o habitual como uma "recalibração" da política monetária para se adequar a uma economia em que as pressões de preços estão diminuindo materialmente, enquanto a demanda no mercado de trabalho também está esfriando.

"A economia dos EUA está em um bom lugar e nossa decisão de hoje foi projetada para mantê-la lá", disse Powell na entrevista de imprensa após a reunião.

No passado, o Fed normalmente só se desviava do ritmo tradicional de ajustes de um quarto de ponto quando enfrentava um choque extraordinário - como no início da crise da covid-19, por exemplo, ou quando ficou claro em 2022 que o banco central havia diagnosticado erroneamente o problema inflacionário dos EUA.

O fato de o corte de meio ponto ter sido invocado sem esse tipo de estresse econômico ou financeiro acentuou o desejo do Fed de evitar uma recessão desnecessária.

Diane Swonk, da KPMG, disse que, se Powell conseguir realizar esse pouso suave, isso "selaria" seu legado como presidente.

Em vez disso, a decisão de quarta refletiu os esforços do Fed para equilibrar os riscos que a economia enfrenta. Depois de controlar a **inflação**, o foco agora mudou para o mercado de trabalho, onde o crescimento mensal mais lento e o aumento do desemprego levantaram preocupações.

"O Fed está totalmente ciente de que, do ponto de vista da gestão de risco, aproximar-se de uma posição neutra é provavelmente o melhor lugar para estar, dado o estado da economia", disse Tiffany Wilding, economista da Pimco, referindo-se ao nível de taxas de juros que nem acelera o crescimento, nem o reprime.

O próximo passo para as autoridades é descobrir com que rapidez devem cortar as taxas para atingir esse nível neutro. Na entrevista à imprensa, Powell disse que não havia "pressa para fazer isso". O gráfico de pontos também mostrou uma dispersão entre as autoridades, não apenas para este ano, mas também em 2025.

Dois dos 19 membros que fizeram estimativas pensaram que o Fed deveria manter as taxas no novo nível de 4,75%-5% até o final do ano. Outros sete previram apenas mais um corte de um quarto de ponto este ano. A gama de previsões era ainda mais ampla para as taxas em 2025.

Powell terá a tarefa de forjar um consenso no Fomc, tendo encontrado uma dissidência nesta reunião da governadora Michelle Bowman, que votou por um movimento de um quarto de ponto.

Isso a tornou a primeira integrante do Fed a discordar de uma decisão de taxa desde 2005.

Alcançar esse consenso será mais difícil devido a um quadro econômico confuso, que mostra alguma persistência na **inflação**, apesar das melhorias gerais, e uma fraqueza emergente em um mercado de trabalho que ainda é sólido.

A eleição presidencial também tem grande influência, embora Powell tenha reiterado na quarta que as decisões do Fed seriam tomadas exclusivamente com base nos dados econômicos.

Jean Boivin, ex-vice-governador do Banco do Canadá e agora chefe do BlackRock Investment Institute, alertou que o ciclo de flexibilização poderia ser mais "abreviado" do que o esperado pelos mercados financeiros.

Já os traders de mercados futuros precificaram que as taxas cairão mais do que o previsto pelos oficiais, para a faixa entre 4% e 4,25% até o final do ano, o que implica outro corte significativo em uma das duas reuniões restantes de 2024. Os operadores de mercado esperam que a taxa caia para menos de 3% até meados de 2025.

"A perspectiva para a **inflação** é significativamente

incerta", disse Boivin, acrescentando uma nota de cautela sobre o quanto de alívio o Fed pode fornecer aos tomadores de empréstimos, dado esse cenário.

"Não acho que este seja o início de um ciclo de flexibilização.

Acho que isso é apenas o afrouxamento do aperto."

"Ciclo de flexibilização do Fed pode ser abreviado"  
Jean Boivin

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187990>